

RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.615 - SP (2019/0090702-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA - SP123199
ULISSES FUNAKAWA DE SOUZA - SP298918
RECORRIDO : EDIVALDO PAZ LANDIM
ADVOGADO : ROGERIO AUGUSTO GONÇALVES DE BARROS - SP284312

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO - Eficácia erga anules da sentença proferida na ação coletiva - O credor pode promover o cumprimento do julgado no foro da comarca do seu domicílio Desnecessidade da comprovação da associação do exequente ao IDEC - Legitimidade ativa configurada - Inocorrência da prescrição - Aplicação da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a correção monetária do débito - Os juros da mora são devidos a partir da citação do Banco nos autos da ação civil pública - Incidência do artigo 405 do Código Civil Brasileiro - Recurso improvido.

A parte recorrente alega violação do artigo 21 da Lei 4.717/1965; do artigo 16 da Lei 7.347/1985; do artigo 485 do Código de Processo Civil; do artigo 2º-A da Lei 9.494/1997; dos artigos 205 e 206 do Código Civil; e divergência jurisprudencial. Argui ilegitimidade ativa e incompetência do Juízo. Suscita prescrição. Defende que os juros de mora devem correr a partir da citação na liquidação.

Inicialmente, anoto que a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça afetou os Recursos Especiais 1.801.615/SP e 1.774.204/RS, relatados pelo Ministro Raul Araújo, para julgamento da controvérsia referente à "interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas" (questão cadastrada como Tema 1.033).

Ao promover essa afetação, a Segunda Seção do STJ determinou a suspensão da tramitação de todos os recursos especiais e agravos em recurso especial na

Superior Tribunal de Justiça

segunda instância e/ou que tramitem no STJ, que versem sobre a questão delimitada (julgamento 15.10.2019, DJe 30.10.2019).

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC de 2015 e do artigo 256-L, inciso I, do Regimento Interno do STJ, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para sobrestamento até o julgamento do mérito dos recursos repetitivos mencionados nesta decisão, procedendo-se, após, conforme os artigos 1.040 e 1.041 do mesmo Código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora